

Estatísticas Monetárias e de Crédito

Nota para a Imprensa

28.08.2020



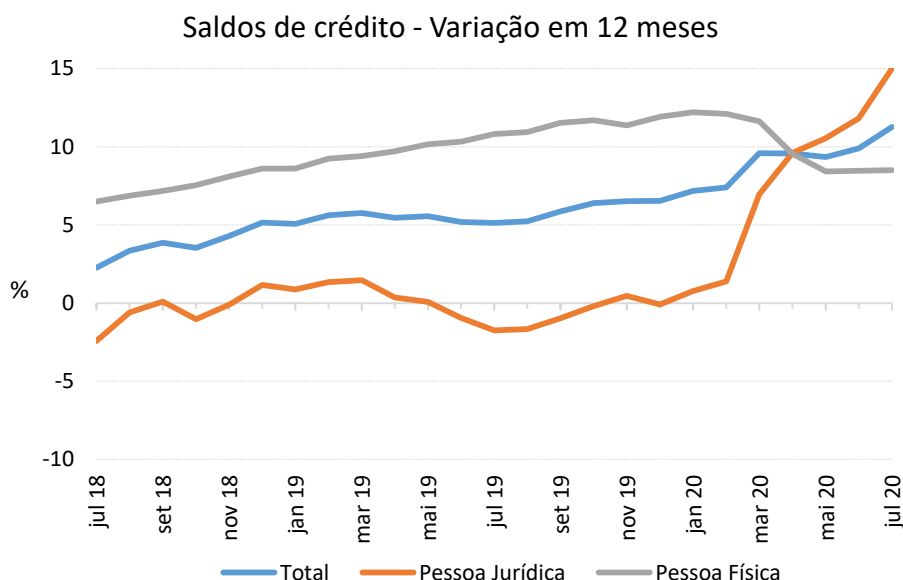
**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**

1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

Em julho, o crédito ampliado ao setor não financeiro totalizou R\$11 trilhões (153,1% do PIB), com redução de 0,7% no mês. A variação mensal refletiu principalmente a queda de 3,4% no saldo da dívida externa, influenciada pela apreciação cambial de 5%. Os títulos de dívida registraram declínio de 0,6% na carteira, com retrações em títulos públicos e instrumentos securitizados. Por outro lado, empréstimos e financiamentos cresceram 1%, destacando-se o crédito concedido pelo sistema financeiro nacional (SFN). Na comparação interanual, o crédito ampliado cresceu 13,8%, resultado dos aumentos em dívida externa, empréstimos e financiamentos e títulos de dívida, respectivamente, 24,7%, 11% e 10,7%.

O crédito ampliado a empresas e famílias alcançou R\$6,3 trilhões (87,7% do PIB), contração de 0,6% no mês e aumento de 16,7% em doze meses. A queda mensal foi determinada pela retração de 4,1% nos saldos das captações externas, diante do efeito da variação cambial, enquanto os instrumentos do mercado de capitais registraram estabilidade, com elevação nos saldos de títulos privados (notadamente debêntures) contrabalançando a redução nos instrumentos securitizados. Os empréstimos e financiamentos aumentaram 1% em julho. Nos últimos doze meses, o crescimento do crédito ampliado a empresas e famílias distribuiu-se por seus componentes: dívida externa, 36,5%, estimulada pela desvalorização cambial; empréstimos e financiamentos, 10,9%; e títulos de dívida, 8,9%.

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)



O saldo das operações de crédito do SFN alcançou R\$3,7 trilhões em julho, aumento de 1% no mês, com acréscimos de 1,2% na carteira de pessoas jurídicas (saldo de R\$1,6 trilhão) e de 0,9% em pessoas físicas (R\$2,1 trilhões). Em doze meses, o crescimento da carteira total acelerou de 9,9% para 11,3%, estimulado pelas operações com empresas, aceleração de 11,8 para 15%, enquanto as operações com famílias

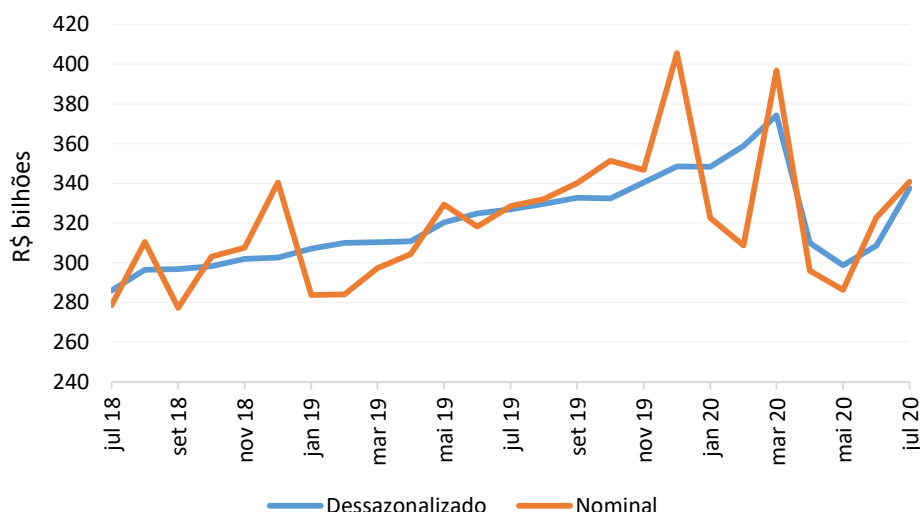
mantiveram elevação de 8,5%.

O crédito livre para pessoas jurídicas alcançou R\$1 trilhão, crescendo 0,5% no mês e 26,1% em doze meses, mantendo-se destaque nas operações de capital de giro, notadamente com prazo superior a um ano. O saldo do crédito livre a pessoas físicas totalizou R\$1,1 trilhão, elevações de 1,1% no mês e de 8,3% em doze meses, sobressaindo cartão de crédito à vista e crédito pessoal consignado. O saldo de

financiamentos de veículos também registrou crescimento, influenciado pela trajetória recente de recuperação das concessões.

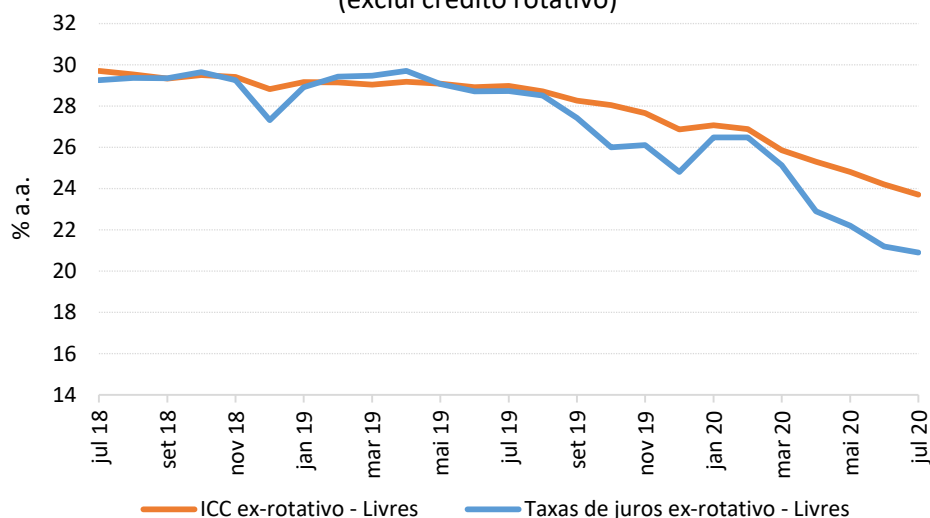
No crédito direcionado, a carteira de pessoas jurídicas somou R\$586 bilhões em julho, elevação de 2,5% no mês (-0,3% doze meses). Destaque para o aumento em outros créditos direcionados, 16,1% mês, refletindo aceleração das contratações no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020. O saldo com pessoas físicas alcançou R\$942 bilhões, expansões de 0,8% no mês e de 8,8% na comparação interanual, sobressaindo-se a carteira imobiliária, que prossegue com aumento nas contratações.

Concessões de crédito



As concessões totais de crédito somaram R\$341 bilhões em julho. Na série com ajuste sazonal, houve elevação mensal de 9,4%, com variações de 13,3% a empresas e de 5,9% para famílias. No acumulado do ano, comparado ao mesmo período de 2019, as concessões totais cresceram 6%, refletindo a elevação em pessoas jurídicas, 15,2%, e a contração em pessoas físicas, -1,7%.

ICC e taxas de juros do crédito livre (exclui crédito rotativo)



O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de todo o crédito do SFN, situou-se em 18,3% a.a. em julho, declínios de 0,4 p.p. no mês e de 2,9 p.p. na comparação interanual. No crédito livre não rotativo, ocorreram reduções de 0,5 p.p. e 5,3 p.p., nas mesmas bases de comparação, alcançando 23,7%. O *spread* geral do ICC alcançou 13 p.p., quedas de 0,3 p.p. e de 1,7 p.p., nos mesmos períodos.

A taxa média de juros das operações contratadas em julho alcançou 19,1% a.a., com diminuições de 0,4 p.p. no mês e de 5,6 p.p. em doze meses. O *spread* geral das taxas de juros das concessões situou-se em 15,4 p.p., com declínios de 0,4 p.p. e de 3,9 p.p., nos mesmos períodos.

No crédito livre, a taxa média de juros das concessões atingiu 27,3% a.a., reduzindo-se 0,9 p.p. no mês e 10,1 p.p. na comparação interanual. Para as famílias, a taxa média de juros situou-se em 39,9% a.a., declínio de 1,5 p.p. no mês, destacando-se crédito não consignado (-2,7 p.p.) e consignado (-0,6 p.p.). No crédito livre às empresas, a taxa média de juros diminuiu 0,7 p.p. em julho, para 12,3% a.a., sobressaindo-se quedas em capital de giro (-0,4 p.p.) e conta garantida (-0,8 p.p.). Excluindo-se as operações rotativas, a taxa média de juros do crédito livre diminuiu 0,3 p.p. no mês e 7,8 p.p. em doze meses, atingindo 20,9%.

3. Agregados monetários

A base monetária totalizou R\$423,7 bilhões em julho, aumento de 11% no mês e de 56,1% em doze meses. No mês, as reservas bancárias cresceram 67,2%, enquanto o papel moeda emitido, 3,2%. Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, foram expansionistas as operações do Tesouro Nacional (R\$91,1 bilhões), as operações da Linha Temporária Especial de Liquidez com Letras Financeiras Garantidas (R\$5,7 bilhões), as operações do setor externo (R\$9,1 bilhões – destaque para recompra a termo de moeda estrangeira em R\$10,9 bilhões), além dos depósitos de instituições financeiras (R\$7,9 bilhões – efeito maior das liberações de recursos sobre depósitos de poupança, em R\$12,7 bilhões). Impactaram de forma contracionista as operações com derivativos, R\$16,3 bilhões, e as operações com títulos públicos federais, R\$54,1 bilhões (resultado de vendas líquidas de R\$111,2 bilhões no mercado secundário e resgates líquidos de R\$56,7 bilhões no mercado primário).

O saldo dos meios de pagamento restritos (M1) atingiu R\$533,1 bilhões em julho, crescimento de 1,8%, com aumento de 3,4% do papel-moeda em poder do público e estabilidade no saldo dos depósitos à vista. Em dados dessazonalizados, o M1 avançou 11,3% no mês. O saldo do M2 aumentou 1,9% no mês, totalizando R\$3,7 trilhões, destacando-se elevações de 2,8% nos depósitos de poupança e de 2,4% nos depósitos a prazo. No mês, foram registradas captações líquidas de R\$28,1 bilhões nos depósitos de poupança e de R\$44,4 bilhões nos depósitos a prazo. O M3 cresceu 2,0% no mês, atingindo R\$7,5 trilhões, ressaltando-se o aumento de 2,6% no saldo das quotas de fundos do mercado monetário, que totalizou R\$3,6 trilhões. O M4 aumentou 1,3% no mês e 14,7% em 12 meses, atingindo R\$7,9 trilhões.

4. Concessões ajustadas sazonalmente

Concessões dessazonalizadas							Variação %		
Período	Livre			Direcionado			Total		
	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
No mês	7,8	3,9	3,8	139,2	15,8	56,9	13,3	5,9	9,4
No trimestre	-19,6	-6,2	-13,4	88,4	3,8	29,2	-11,3	-4,9	-9,4